

ENSAIO

A Dialética da Ordem e da Desordem: Três momentos do princípio de generalização da experiência brasileira

Mauricio Miranda dos S. Oliveira¹ - maumyranda@hotmail.com

Resumo:

O objetivo deste ensaio é a compreensão do crônico subdesenvolvimento brasileiro, principalmente no que diz respeito aos traços essenciais da formação sócio-cultural do nosso país. Como explicar a paradoxal e permanente convivência do arcaico e do moderno ao longo do processo histórico brasileiro? Acreditamos que as obras de Caio Prado Jr., Antônio Cândido e Roberto Schwarz fornecem elementos muito relevantes para o esclarecimento dessa atordoante e peculiar dinâmica, que, ao mesmo tempo em que difere dos modelos europeus de desenvolvimento, é, ela própria, o modo de inserção do Brasil, enquanto país periférico, na ordem capitalista mundial. Veremos, assim, que o caminho do progresso nos marcos do capitalismo, que muitos ainda crêem estar aberto, parece, de fato e de cada vez mais, irremediavelmente fechado.

Palavras chave: capitalismo brasileiro, atraso histórico, desigualdade social

¹ Mestre em Serviço Social e doutorando da Escola de serviço social da UFRJ.

A DIALÉTICA DA ORDEM E DA DESORDEM: Três momentos do princípio de generalização da experiência brasileira

Posição do problema:

Nos termos do que poderíamos chamar de uma teoria crítica de linhagem nacional, qualquer análise do processo social brasileiro, dos tempos de colônia até o presente, deverá colocar em cena relações muito peculiares entre o moderno e o arcaico, a ordem e a desordem, o progresso e o atraso, procurando dar algum sentido à perturbadora coexistência desses pares — aparentemente antitéticos — em todos os níveis da nossa sociedade, ou seja, tentando explicar sua persistência ao longo da história do Brasil.

Procuraremos entender, a partir das obras de Caio Prado Jr., Antônio Cândido e Roberto Schwarz, porque, à luz dos diferentes períodos históricos da formação sócio-cultural do Brasil, a dialética da ordem e da desordem pode ser compreendida como um princípio de generalização da experiência brasileira, em outras palavras, como elemento explicativo, central e constitutivo, do que fomos e ainda somos, isto é: uma sociedade perversa, inacreditavelmente desigual e cronicamente subdesenvolvida, na qual tudo parece inadequado, contraditório, incompleto ou excêntrico, em que pesem a marcha do capitalismo liberal, a consagração da democracia, os decantados benefícios da modernização e — não menos importante — a chegada de um partido de esquerda ao poder (o PT, Partido dos Trabalhadores, em 2003).

Caio Prado Jr. e as bases históricas da dialética da ordem e da desordem

A marca distintiva do período colonial brasileiro, principalmente nas primeiras décadas do séc. XIX, é, fora de dúvida, a escravidão, prática

abominável reinventada pelos europeus e introduzida na América, já em tempos de idéias liberais, por conta das necessidades comerciais que impulsionaram a ascensão do capitalismo no ocidente. Vale ressaltar, logo de saída, que neste momento, no qual se mostrava mais rentável do que o trabalho livre, o trabalho escravo contribuiu de forma decisiva para a chamada acumulação primitiva de capital na Europa. Enquanto colônia, a função do Brasil era somente uma: fornecer, via Portugal, matérias-primas para o mercado europeu. A ocupação territorial, a colonização e a incumbência de atender necessidades externas nada mais foram do que uma pequena parte de um novo e imenso processo de transformação sócio-econômica, ou seja: a constituição das modernas sociedades capitalistas. A nossa inserção no mercado mundial se deu, portanto, desde seus primórdios, de maneira servil e dependente. O papel do Brasil na nova divisão internacional do trabalho define o “sentido da colonização”, como nos mostra Caio Prado Jr.:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio, inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas e negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. (PRADO Jr., 2001, p. 31-32)

Tendo em vista as linhas gerais do contexto histórico do qual partimos enquanto sociedade, podemos agora tentar apreender, a partir do que Caio Prado Jr. escreveu sobre a formação e a evolução do Brasil, como este autor interpretou a

dialética da ordem e da desordem: suas razões objetivas, culturais e seus possíveis desdobramentos².

Na ótica de Caio Prado, o Brasil não se livrou do estatuto colonial com a declaração de independência, em 1822, uma vez que sua vergonhosa estrutura social permanecera basicamente inalterada. Havia, de um lado, uma minoria de brancos, empresários e proprietários de terra, que concentrava toda a riqueza; de outro, estava a grande massa da população, — de “estatuto moral desprezível” — composta por escravos, mestiços e brancos pobres, que se arrastava no limite da sobrevivência. Numa sociedade asfixiada pelas demandas externas do capital, cuja função no sistema-mundo que se configurava historicamente era única e exclusivamente o fornecimento de produtos naturais, a contribuição dos negros e índios para a formação da cultura brasileira, que poderia ter sido ampla e engrandecedora num outro contexto, acabou sendo ínfima, limitada e de cunho essencialmente passivo. A feição rústica e mesquinha dos elementos africanos presentes na cultura brasileira, como sublinha Caio Prado, estava em pleno acordo com a brutalidade do trabalho escravo, quer dizer, o que os negros podiam oferecer era algo tão edificante e sofisticado quanto o tratamento que recebiam. No contato com a cultura do colonizador, ganharam relevo as características mais negativas e moralmente reprováveis das culturas africanas e indígenas. Segundo Caio Prado:

Incorporou a colônia, ainda em seus primeiros instantes, e em proporções esmagadoras, um contingente estranho e heterogêneo de raças que beiravam ainda o estado de barbárie, e que no contato com a cultura superior de seus dominadores, se abastardaram por completo. E o incorporaram de chofre, sem nenhum estágio preparatório. No caso do indígena, ainda houve a educação jesuítica e de outras Ordens, que com todos seus defeitos, trouxe todavia um começo de preparação de certo alcance. (PRADO Jr., 2001, p. 275)

² Devemos lembrar que a dialética da ordem e da desordem, enquanto dualidade contraditória do progresso (a norma burguesa) e do atraso (infração colonial), se conforma exatamente no período da crise do sistema colonial, ou seja, no transcurso do Brasil da condição de colônia a Estado Nação, que se inicia, em 1808, com a chegada da família real portuguesa. Ver ARANTES, P. 1992, p. 84. Ver, também, NOVAIS, F., *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, São Paulo: Hucitec, 1979.

É fundamental destacar que a existência de uma massa de pobres livres ao lado de uma imensa população de escravos repeliu pesadamente as possibilidades de um desenvolvimento minimamente consistente do chamado trabalho livre, assalariado, como requer a ordem do capital. A chegada constante de negros escravizados (“semibárbaros”, de “baixo teor moral”) formava, no Brasil colônia, um crescente e assustador “corpo estranho”, ou seja, um grupo enorme de pessoas incapazes de se adaptar ao novo ambiente e despreparadas para produzir de modo eficiente. As frágeis bases da economia brasileira e a nossa frouxidão em relação aos costumes, nota Caio Prado, aparecerão, para o europeu, como algo incompreensível, como um fenômeno social bizarro, desgarrado dos modelos de progresso e civilização por ele conhecidos³. Aqui o trabalho não podia adquirir o caráter positivo e engrandecedor que lhe conferira a ética protestante. A onipresença do trabalho escravo alimentava nos brancos e mestiços pobres a visão de que era preferível encontrar outros meios de sobrevivência, pois o inaceitável, de fato, era fazer qualquer coisa similar ao que os escravos faziam. Vale à pena reproduzirmos uma passagem de Luís Vilhena, contemporâneo citado por Caio Prado:

Como todas as obras servis e artes mecânicas são manuseadas por escravos, poucos são os mulatos, e raros os brancos que nelas se querem empregar, nem aqueles mesmos indigentes que em Portugal nunca passaram de criados de servir, de moços de

³ As palavras de Caio Prado sobre a moral dos povos dominados, semibárbaros, não devem nos fazer pensar que o autor exaltava acriticamente a civilização européia, deixando de perceber seu conteúdo de barbárie, muito pelo contrário. Em *A Evolução Política do Brasil*, por exemplo, encontramos uma passagem irônica e bem esclarecedora a esse respeito: “Os processos brutais empregados pelos portugueses para forçarem os indígenas ao trabalho — processos de que em nossos dias ainda temos exemplo entre as populações não iniciadas na civilização ocidental — não eram de molde a despertar nos índios grande entusiasmo pela colonização branca. Preferiam permanecer no recesso das matas, longe da cultura européia de que só chegavam a conhecer os horrores da mais atroz das repressões. Foi por isso preciso buscá-los. Inicia-se então esta ‘caça’ do homem pelo homem, que pelas suas proporções tem poucos paralelos na história, e que figura como apanágio de glória das ‘epopéias’ bandeirantes...Escusado será repetir o que foram estas expedições predadoras do gentio, que percorreram o território brasileiro de norte a sul e de leste a oeste, descendo do sertão milhares e milhares de cativos a serem iniciados nas ‘belezas’ da civilização.” (Prado Jr., 2007, p. 24)

tábua (?) e cavadores de enxada...; os criados (que vêm de Portugal) têm por melhor sorte o ser vadio, o andar morrendo de fome, o vir parar em soldado a às vezes em ladrão, do que servir a um amo honrado que lhes paga bem, que os sustenta, os estima, e isto por não fazerem o que os negros fazem em outras casas; as filhas do país tem um timbre tal, que a filha do homem mais pobre, do mais abjeto, a mais desamparada mulatinha forra com mais facilidade irão para o patíbulo do que servir ainda uma duquesa, se a terra as houvesse. (Citado em PRADO Jr., 2001, p. 278-279)

A despeito do “baixo teor moral”, o fato palpável e objetivo era que faltavam oportunidades e opções de trabalho para os brancos e mestiços livres (não-proprietários), pois, para além das atividades monopolizadas pelo escravismo, a maior parte dos cargos e posições consideradas dignas só podiam ser ocupadas pelos nascidos em Portugal, como salienta Caio Prado.

Espremidos entre a minoria, os senhores de engenho e os escravos, a camada intermediária, de homens pobres e livres, constituirá — por força da necessidade — o esteio humano da dialética da ordem e da desordem. Na vida miserável e vegetativa da colônia, esse grande e crescente contingente de pessoas era obrigado a sobreviver à margem da cultura, fora do alcance dos princípios civilizatórios, sem ocupação fixa e inserido numa perspectiva moral deslizante, flexível, para usarmos um termo caro aos nossos tempos pós-modernos. Era possível se viver, sobretudo no campo, à sobra de um grande proprietário de terras, em troca de pequenos serviços, como uma espécie de agregado ou protegido⁴. Nas cidades, esse contingente socialmente indefinido era deixado à própria sorte, vagando sem ocupação definida, pronto para agarrar o que a ocasião oferecesse, o que, não raro, significava enveredar na direção da criminalidade (para desespero das autoridades e dos civilizados, é claro!). Para essa multidão de almas desamparadas não existia o “dia de amanhã.”

⁴ “Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo pelo qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também a outra, a dos que têm. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, assegurada pela força...*O favor é a nossa mediação quase universal.*”.(SCHWARZ, R, “As Idéias fora do lugar”, in: 2005, p. 65)

A sociedade inorgânica que se formou no Brasil colônia, perpetuando seus traços definidores mesmo depois da independência, vivia, segundo Caio Prado, “num estado pré-anárquico permanente,” no qual a grande maioria da população carecia de qualquer perspectiva de aprimoramento moral e desenvolvimento sócio-cultural. No entanto, entendida pelo grande historiador paulista como *um período de transição*, esta situação de miséria, atraso e desordem poderia ser superada, em boa medida, pelo avanço do capitalismo brasileiro, ou seja, pelo desenvolvimento soberano das forças produtivas nacionais. No espírito de uma dialética positiva, Caio Prado considerava que o caminho do Brasil em direção ao comunismo passava, necessariamente, por uma longa etapa de acumulação e desenvolvimento capitalista, ou seja, pela construção de uma rica base material — à maneira do modelo clássico das revoluções burguesas européias. No decorrer desse estágio, seria possível a supressão dos elementos mais danosos da desordem e do atraso brasileiro, isto é: o Brasil concluiria sua formação enquanto nação capitalista moderna e, assim, estaria finalmente amadurecido para a revolução socialista. Na base dessa tese estava uma forte crença no caráter irremediavelmente emancipatório do progresso, inseparável, por sua vez, de uma concepção linear e “etapista” da história. Isso fica evidente na seguinte passagem de *A Evolução Política do Brasil*:

A evolução política progressista do Império corresponde assim, no terreno econômico, à integração sucessiva do país numa forma produtiva superior: a forma capitalista. As instituições primitivas como a escravidão, herdadas da antiga colônia, são varridas pelas novas forças produtivas que se vão formando e desenvolvendo no correr do século passado. Não é somente com o trabalho servil que isto se dá. (PRADO Jr, 2007, p. 99)

Veremos, a seguir, que Antônio Cândido, a quem devemos a formulação original da tese que conduz esta reflexão, concebeu a dialética da ordem e da desordem — ou a malandragem propriamente dita — de uma maneira bem mais generosa e sugestiva do que Caio Prado Jr., que atribuía ao “hemisfério da

desordem” (Cândido) um significado puramente negativo (ele precisava ser superado a todo custo e não possuía qualquer potencial libertador).

Antônio Cândido ou a dialética para um mundo mais aberto

“Em literatura”, escreve Roberto Schwarz, “o básico da crítica marxista está na dialética de forma literária e processo social. Trata-se de uma palavra de ordem fácil de lançar e difícil de cumprir.”⁵ Com a publicação do ensaio *A Dialética da Malandragem*, em 1970, Antônio Cândido, mais do que cumprir a exigência da qual nos fala Schwarz, inaugurou a crítica literária dialética no Brasil, realizando um trabalho de excelência e originalidade ímpar, que, hoje, decididamente merece ser chamado de clássico.

Ao analisar o romance *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, publicado em 1852, Antônio Cândido procurou compreender suas particularidades enquanto forma artística — esclarecer sua filiação literária — e apontar as possíveis razões para o continuado interesse pela obra. Ao fazê-lo, contudo, o crítico acabou por revelar, talvez para além de suas intenções, um princípio de generalização da experiência sócio-cultural brasileira, o qual denominou dialética da ordem e da desordem⁶. De acordo com Cândido, a força do romance se deve, em grande medida, ao fato de, em seu realismo “espontâneo e corriqueiro”, Manuel de Almeida ter intuído a dinâmica da vida social brasileira nas primeiras décadas do século XIX. A narrativa das aventuras de Leonardo Filho, rapaz humilde, largado no mundo, constitui um exemplo acabado, segundo Antônio Cândido, de como a sobrevivência de um branco pobre e livre se dava, necessariamente, num trânsito constante, mais ou menos

⁵ SCHWARZ, R. “Pressupostos, salvo engano, de ‘A Dialética da Malandragem’”, in: 2006, p. 129.

⁶ “De fato, contam-se nos dedos os trabalhos em que a observação formal, que nessa perspectiva se pode chamar também de experiência estética ou a confiança no valor do conhecimento da arte, foi o guia efetivo na descoberta de aspectos novos da realidade. São raros os trabalhos luminares. Por este lado, “Dialética da malandragem” não tem precedentes no Brasil, e está na melhor companhia mundo afora.” SCHWARZ, R, “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”, in: 2006, p. 141.

livre, entre o hemisfério da ordem e o da desordem, entre o lícito e o ilícito. Diante de um contexto que pouco lhe provém além do mínimo, Leonardo usa da astúcia e desenvolve um gosto pelo risco, o que torna impossível a adoção de qualquer conduta moral rígida. Assim, escreve Antônio Cândido:

... ele é amável e risonho, espontâneo nos atos e estreitamente aderente aos fatos, que o vão rolando pela vida. Isto o submete, como a eles, a uma espécie de causalidade externa, de motivação que vem das circunstâncias e torna o personagem um títere, esvaziado de lastro psicológico e caracterizado apenas pelos solavancos do enredo. O sentimento de um destino que motiva a conduta é vivo nas Memórias, onde a Comadre se refere à sina que acompanha o afilhado, acumulando contratempos e desmanchando a cada instante as combinações favoráveis. Como os pícaros, ele vive um pouco ao sabor da sorte, sem plano nem reflexão; mas ao contrário deles nada aprende com a experiência. (CÂNDIDO, A. 2004, p. 20)

Nesse ambiente, diferente dos países ricos do norte, não se encaixam a rigidez dos princípios morais protestantes, o pragmatismo e a ética burguesa do trabalho — uma série interminável de improvisos permite a passagem freqüente, e em mão dupla, do pólo da ordem ao da desordem. A população de “desordeiros e marginais que formavam boa parte da sociedade brasileira” vivia, dessa forma, numa situação clara de suspensão do juízo moral, na qual o trabalho se apequena diante do parasitismo e dos pequenos delitos. A narrativa do romance de Manuel Antônio de Almeida retrata essa realidade *sui generis* — e esse é seu traço distintivo fundamental — do ponto de vista dessa maioria, e não da classe dominante, como era de costume. Os escravos e os poderosos praticamente não aparecem ao longo da obra. *As Memórias*, afirma Antônio Cândido, revelam com maestria os princípios constitutivos de uma sociedade dividida em dois hemisférios contraditórios, que, bem entendidos, se deixam ver como pólos complementares de uma totalidade. No hemisfério de cima, o da ordem, estão aqueles que vivem de acordo com as normas estabelecidas; no hemisfério de baixo, o da desordem, estão os indivíduos e grupos que claramente se opõe à lei ou mantém uma relação dúbia com os preceitos da boa sociedade. O crescimento

e a vida adulta de Leonardo Filho se dão numa oscilação entre o hemisfério positivo (ordem) e o negativo (desordem), até que, para sua sorte, nosso malandro é definitivamente sugado pelo pólo da ordem, casando-se com uma moça de família e recebendo heranças. Esta sociedade de costumes frouxos torna quase tudo possível para os afortunados de nascença e aqueles poucos que, como Leonardo, por um movimento favorável da gangorra, conseguem trocar de hemisfério. Nas palavras de Antônio Cândido:

Estamos no mundo das alianças, das carreiras, das heranças, da gente de posição definida; em nível modesto, o Padrinho, barbeiro e a Vizinha; em nível mais elevado, Dona Maria. Todos estão do lado positivo que a polícia respeita e cujas festas o major Vidigal não vai rondar. Vista deste ângulo, a história de Leonardo Filho é a velha história do herói que passa por diversos riscos até alcançar a felicidade, mas expressa segundo uma constelação peculiar, que a transforma em uma história do rapaz que oscila entre a ordem estabelecida e as condutas transgressivas, para finalmente integrar-se na primeira, depois de provido da experiência das outras. O cunho especial do livro consiste numa certa ausência de juízo moral e na aceitação risonha do ‘ homem como ele é ’, mistura de cinismo e bonomia que mostra ao leitor uma relativa equivalência entre o universo da ordem e o da desordem; entre o que se poderia chamar convencionalmente o bem e o mal. (CÂNDIDO, A. 2004, p. 33)

A relativa equivalência entre o campo da ordem e o da desordem — essa situação de anomia — aponta para o fato de que também a classe dominante e os representantes do bem podem descer, sem maiores problemas de consciência, ao mundo sem lei que, oficialmente, lhes é estranho. É o que vemos quando o major Vidigal, “o ríspido dragão da ordem”, cedendo aos instintos do prazer e em flagrante contradição com sua conduta habitual, é surpreendido de chambre e tamancos, igualando-se assim aos muitos malandros que bem conheciam sua brutalidade.

Segundo a interpretação de Antônio Cândido, o que surge do quadro social delineado pelas *Memórias* é um universo onde o errar e o pecar não parecem ter qualquer significado desabonador, pois os indivíduos que fazem coisas

vergonhosas podem, no momento seguinte, fazer algo muito louvável, compensando ou anulando a transgressão anterior. É um mundo tremendamente tolerante, onde os extremos se anulam e todos podem reconhecer suas fraquezas e defeitos, — mas ninguém é digno de censura. É, evidente, no entanto, que essa mesma sociedade, em seu desejo de se equiparar às velhas sociedades européias que nos servem de modelos⁷, procura impor a ordem e a disciplina de modo universal, mas seu “ ritmo geral ” não se encaixa nos padrões rígidos dos países avançados, onde o lícito e o ilícito, o moral e o imoral, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso podem ser claramente diferenciados (pelo menos na aparência!) e a hipocrisia se faz necessária. Ao contrário de países como os Estados Unidos, por exemplo, onde a severidade das leis civis, religiosas e a ética do trabalho configuraram uma coesão desumanizada, Antônio Cândido sustenta que:

No Brasil, nunca os grupos ou os indivíduos encontraram efetivamente tais formas; nunca tiveram a obsessão da ordem senão como princípio abstrato, nem da liberdade senão como capricho. As formas espontâneas da sociabilidade ataram com maior desafio e por isso abrandaram os choques entre a norma e a conduta, tornando menos dramáticos os conflitos da consciência. As duas situações diversas se ligam ao mecanismo das respectivas sociedades: uma que, sob alegação de enganadora fraternidade, visava a criar e manter um grupo idealmente mono-racial e mono-religioso; outra incorpora de fato o pluralismo religioso a sua natureza mais íntima, a despeito de certas ficções ideológicas postularem inicialmente o contrário. Não querendo constituir um grupo homogêneo e, em consequência, não precisando defendê-lo asperamente, a sociedade brasileira se abriu com maior largueza à penetração dos grupos dominados e

⁷ Podemos tranquilamente dizer que essa tensão social encontra-se na base do paradoxo central da formação da literatura brasileira, assim posto por Antônio Cândido: “Se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos. Ora a afirmação premeditada e por vezes violenta do nacionalismo literário, com veleidades de criar até uma língua diversa; ora o declarado conformismo, a imitação consciente dos padrões europeus. Isto se dá no plano dos programas, porque no plano psicológico profundo, que rege com maior eficácia a produção das obras, vemos quase sempre um âmbito menor de oscilação, definindo afastamento mais reduzido entre os extremos.” “Literatura e Cultura de 1900 a 1945”, in: Cândido, A. 2006, P.117.

estranhos. E ganhou em flexibilidade o que perdeu em inteireza e coerência. (CÂNDIDO, 2004, p. 43)

Surge aqui uma questão fundamental para a compreensão do nosso problema: Afinal, o que poderia representar para nós, brasileiros, o ganho da flexibilidade? Para Antônio Cândido, a “tolerância corrosiva” de nossa sociedade certamente nos coloca, quando comparados aos países capitalistas do centro, numa posição de inferioridade e dependência, mas, por outro lado, a dialética da ordem e da desordem poderá facilitar a nossa entrada num mundo mais aberto e livre, assim vislumbrado pelo crítico:

Na limpidez transparente do seu universo sem culpa, entrevemos o contorno de uma terra sem males definitivos ou irremediáveis, regida por uma encantadora neutralidade moral. Lá não se trabalha, não se passa necessidade, tudo se remedeia. (CÂNDIDO, A. 2004, p. 45-46)

Diferente, portanto, de Caio Prado Jr., cujo olhar diante do atraso brasileiro e da nossa falta de “nexo moral” era de veemente reprovação, a perspectiva mais generosa e dialética de Antônio Cândido, ainda que nos mostre uma realidade dura e violenta, reflete uma esperança no futuro — herdeira do modernismo⁸ (anos 20 e 30) — que não se confunde com a do marxismo oficial. Para o autor da *Dialética da Malandragem*, a inadequação brasileira aos modelos europeus e nossa peculiar desordem guardavam, por assim dizer, uma promessa de felicidade. A intervenção decisiva de Roberto Schwarz irá nos mostrar, no entanto, que o irremediável fechamento da abertura histórica dos anos 60 colocou

⁸ A simpatia de Antônio Cândido para com as idéias mais criativas e libertárias do nosso modernismo pode ser constatada, por exemplo, em seu ensaio “Literatura e Cultura de 1900 a 1945”. Diz ele: “As nossas *deficiências*, supostas ou reais, são reinterpretadas como *superioridades*. A filosofia cósmica e superficial, que alguns adotaram certo momento nas pegadas de Graça Aranha, atribui um significado construtivo, heróico, ao cadinho de raças e culturas localizado numa natureza áspera. Não se precisaria mais dizer e escrever, como no tempo de Bilac ou do conde Afonso Celso, que tudo aqui é belo e risonho: acentuam-se a rudeza, os perigos, os obstáculos da natureza tropical. O mulato e o negro são definitivamente incorporados como temas de estudo, inspiração, exemplo. O primitivismo é agora fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura. Isso, na literatura, na pintura, na música, nas ciências do homem.” (Cândido, A. 2006, p. 127)

as relações entre o arcaico e o moderno, a ordem e a desordem, num novo plano, no qual as noções de progresso e emancipação vão, aos poucos, se tornar estranhas uma à outra.

Desordem e progresso: o imobilismo brasileiro segundo Roberto Schwarz:

Se no Brasil as idéias liberais foram recepcionadas pelo tronco e o pelourinho, na Rússia, essas mesmas idéias e o marxismo toparam com uma realidade não menos imprópria à sua realização, qual seja: o último reduto da servidão na Europa. Com o intuito de explicar a insólita evolução da sociedade russa, especialmente o atraso da economia, suas formas sociais primitivas e o baixo nível de cultura⁹, Leon Trotsky formulou a chamada teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que nos parece crucial para a compreensão das teses elaboradas por Roberto Schwarz, ao longo das últimas décadas, em sua notável tentativa de decifrar as causas do crônico subdesenvolvimento brasileiro.

Carentes de qualquer herança cultural e presos entre o ocidente e o oriente, os russos foram desde sempre obrigados a se defender dos povos avançados da Europa, que, todavia, lhes serviam de modelo de desenvolvimento e civilização. Para Trotsky, as imperfeições do feudalismo russo, que geraram não poucas discussões, evidenciam que os países atrasados, ainda que assimilem em parte as conquistas materiais e culturais das sociedades desenvolvidas, jamais poderão seguir os mesmos caminhos e reproduzir, uma por uma, as etapas que levaram essas mesmas sociedades a uma condição superior. Assim como Antônio Cândido, o revolucionário russo entreviu, no atraso, um importante

⁹ Comparando Brasil e Rússia, Roberto Schwarz nos mostra o quanto são parecidos os dois países, o que apenas confirma a validade da teoria de Trotsky: “São evidentes as razões sociais da semelhança. Também na Rússia a modernização se perdia na imensidão do território e da inércia social, entrava em choque com a instituição servil e com seus restos — choque experimentado como inferioridade e vergonha nacional por muitos, sem prejuízo de dar a outros um critério para medir o desvario do progressismo e do individualismo que o Ocidente impunha e impõe ao mundo. Na exacerbação desse confronto, em que o progresso é uma desgraça e o atraso é uma vergonha, está uma das raízes profundas da literatura russa.” (SCHWARZ, R, “As Idéias fora do lugar”, in: 2005, p. 79)

privilégio, uma vantagem, a saber: os países atrasados, condicionados por suas distintas capacidades de assimilação, podem ultrapassar uma série de etapas intermediárias, isto é, se apropriarem de conquistas econômicas, sociais, culturais e políticas, antes do prazo presumido, dando verdadeiros saltos por sobre a história. É assim que Trotsky explica, por exemplo, o fato de os Estados Unidos e a Alemanha, nações que um dia foram atrasadas, terem conseguido superar economicamente a Inglaterra (maior potência mundial até a Primeira Guerra).

O desenvolvimento histórico de um país retardatário, como o demonstram a Rússia e o Brasil, produz necessariamente, em seu interior, uma mescla de diferentes estágios históricos (uma temporalidade híbrida), quer dizer, uma totalidade complexa, contraditória e indefinida, que não se encaixa nos padrões seguidos pela evolução do capitalismo na Inglaterra e na França, por exemplo. Nos países atrasados, sublinha Trotsky, uma classe é, freqüentemente, obrigada a desempenhar a tarefa que deveria ser realizada por outra. Assim, na Rússia revolucionária, em 1917, o proletariado e o partido de vanguarda passaram por cima de uma burguesia fraca e hesitante, com o claro objetivo de construir uma sociedade socialista, sem esperar pelo desenvolvimento das forças produtivas pelo capitalismo (o que seria um passo imprescindível no itinerário marxiano). Vejamos agora a clássica definição de Trotsky, daquela que provavelmente foi a sua grande contribuição para pensamento marxista:

As leis da história não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açotados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do *desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama, de formas arcaicas e modernas. Sem recorrer a esta lei, enfocada, naturalmente, na integridade de seu conteúdo material, seria impossível compreender a história da Rússia, nem a de nenhum outro país de

avanço cultural atrasado, seja em segundo, terceiro ou décimo grau. (TROTSKY, L. 2007, p. 21)

Desnecessário repetir o quanto a esquerda brasileira, à época do golpe de 1964 e em toda a sua história, esteve (e provavelmente ainda está, em sua maioria) longe de perceber a complexidade dessa dinâmica histórica, e de que modo a teoria do desenvolvimento desigual e combinado modifica o que podemos pensar a respeito do progresso, da nossa modernização tardia, do projeto socialista e, é claro, da dialética da ordem e da desordem.

Em seu importantíssimo ensaio sobre os primeiros anos da ditadura militar, Roberto Schwarz destaca um fato curioso: a despeito da tímida resistência ao golpe, a vitória política da direita conviveu, até 1968, com uma incontestável hegemonia cultural da esquerda. A vitória da contra-revolução se deu, em boa medida, em função da inabilidade teórica do Partido Comunista, que, em seu tradicional dogmatismo, deixou de perceber o que estava por vir, jogando pela janela o rico ambiente cultural que se formara, como argumenta Schwarz:

Antes de 1964, o socialismo que se difundia no Brasil era forte em antiimperialismo e fraco na propaganda e organização da luta de classes. A razão estava em parte ao menos na estratégia do Partido Comunista, que pregava aliança com a burguesia nacional. Formou-se em conseqüência uma espécie desdentada e parlamentar de marxismo patriótico, um complexo ideológico ao mesmo tempo combativo e conciliador de classes, facilmente combinável com o populismo nacionalista então dominante, cuja ideologia original, o trabalhismo, ia cedendo. (SCHWARZ, R, "Cultura e Política, 1964-1969", in: 2005, p. 10)

O crítico descreve este período como uma época de ebulição política e cultural, onde as questões e o vocabulário da esquerda penetraram no cotidiano popular, o que nos permitia compreender que, aquele momento singular e especial, representava uma genuína oportunidade histórica (o Brasil nunca fora tão inteligente, comenta ironicamente Schwarz). Neste contexto, voltando ao erro histórico do PC, as lideranças do partido, ao dividirem as classes dominantes em

dois setores, um arcaico e um moderno, acreditavam que os grandes aliados do imperialismo eram os representantes do atraso, ou seja, os latifundiários; por esta razão, apostavam que os grandes empresários e os trabalhadores poderiam se unir em favor da democracia e da modernização do país, numa palavra: essas duas classes desejavam o progresso e o desenvolvimento autônomo do Brasil (crescimento do mercado interno). Com o golpe de 1964 fortaleceram-se, estranhamente, os elementos mais arcaicos da sociedade brasileira, como nos diz Schwarz:

... no conjunto de seus efeitos secundários, o golpe apresentou-se como uma gigantesca volta do que a modernização havia relegado; a revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei etc. Para conceber o tamanho dessa regressão, lembre-se que no tempo de Goulart o debate público estivera centrado em reforma agrária, imperialismo, salário mínimo e voto do analfabeto, e, mal ou bem, resumira não a experiência *organizada* dos sindicatos, operários e rurais, das associações patronais ou estudantis, da pequena burguesia mobilizada. (SCHWARZ, “Cultura e Política, 1964-1969”, in: 2005, p. 23)

A “liga dos vencidos”, entretanto, deixou o poder nas mãos da classe que, segundo a lógica do PC, deveria estar ao lado dos trabalhadores, quer dizer, da grande burguesia, aliada do imperialismo e antipopular, que, como sabemos, levou à frente um radical processo de modernização e racionalização do capital. A burguesia brasileira, afirmou Fernando H. Cardoso, preferira se tornar sócia minoritária do capital internacional a correr os riscos de uma revolução¹⁰.

O que mais importa ressaltar, aqui, é que o país andava para frente fortalecendo o arcaico e obscurantismo, quer dizer, o arcaico transformou-se, mais do que nunca, num eficiente instrumento de avanço do progresso e da ordem (a modernização conservadora). Começava a ficar claro que, na periferia do mundo burguês, o caminhar do progresso se dá pela permanência do atraso. Humildemente, e com sua inevitável rudeza, nos mostra o poema de Oswald de

¹⁰ Ver Schwarz, R. “Um Seminário sobre Marx”, in: 1999, p. 98-99.

Andrade, a carroça abre caminho para a passagem do bonde (que transporta advogados), ratificando assim a extravagante aliança¹¹. Apesar da subordinação, a carroça sabe que seu lugar na sociedade brasileira continua garantido. Numa brilhante passagem, Roberto Schwarz nos mostra o sentido radical da dialética da ordem e da desordem nos países periféricos:

A coexistência do antigo e do novo é um fato geral (e sempre sugestivo) de todas as sociedades capitalistas e de muitas outras também. Entretanto, para os países colonizados e depois subdesenvolvidos, ela é central e tem força de emblema; isto porque esses países foram incorporados ao mercado mundial — ao mundo moderno — na qualidade de econômica e socialmente atrasados, de fornecedores de matéria-prima e trabalho barato. A sua ligação ao novo se faz *através*, estruturalmente, através de seu atraso social, que se reproduz em lugar de se extinguir. Na composição insolúvel mas funcional dos dois termos, portanto, está figurado um destino nacional, que dura desde os inícios. (SCHWARZ, R, “ Cultura e Política, 1964-1969 ”, in: 2005, p. 34)

Em meio a esse caos de dualidades e contradições, num país em que as idéias liberais jamais corresponderam sequer à aparência do real, Schwarz faz um contraponto afirmando que, apesar da repressão, as raízes da cultura brasileira, desenvolvida ao longo de décadas, são fortes o suficiente para nos proporcionar um mínimo de coesão social, isto é, sustentar uma resistência razoavelmente eficaz à norma histórica do país — violência, atraso, desigualdade, opressão.

A aplicação mecânica e pouco crítica de categorias sociais européias ao Brasil é o maior obstáculo para uma compreensão adequada do que somos. Não se trata, evidentemente, de deixar de lado os clássicos, eles são referências imprescindíveis, sustenta Roberto Schwarz. O percurso histórico das ex-colônias e dos países periféricos, em geral, cria fenômenos muito peculiares, desconhecidos no centro, que, mesmo quando confrontados com a teorização mais rica a respeito do capital — o pensamento de Marx —, exigem uma série de ajustes e correções, pois simplesmente não fazem parte do roteiro clássico, por

¹¹ Ver Schwarz, R. “A Carroça, o bonde e o poeta modernista”, in 2006, p. 11-28.

assim dizer. As mais diversas expressões da dialética da ordem e da desordem, ou das nossas dualidades, têm sua origem na expansão do capital europeu, como nos ensinou Caio Prado, mas, segundo Schwarz, o nó histórico brasileiro somente pode ser apreendido em sua radicalidade se soubermos reconhecer que somos de fato diferentes, mas que essa diversidade de forma alguma é estranha ao capitalismo mundial:

Um espaço *diverso*, porque a colonização não criava sociedades semelhantes à metrópole, nem a ulterior divisão internacional do trabalho igualava as nações. Mas um espaço *de mesma ordem*, porque também ele é comandado pela dinâmica abrangente do capital, cujos desdobramentos lhe dão a regra e definem a pauta. À distância, essa meia vigência das coordenadas européias — uma configuração desconcertante e *sui generis*, que requer malícia diferencial por parte do observador — é um efeito consistente da gravitação do mundo moderno, ou do desenvolvimento desigual e combinado, para usar a expressão clássica. (SCHWARZ, R, “Um Seminário sobre Marx”, in: 1999, p. 95)

Para a surpresa dos membros da igreja progressista, o golpe militar impulsionou um grande *boom* industrial no Brasil, que produziu inúmeros avanços materiais mas, ao mesmo tempo, mergulhou o país, já no começo dos anos 80, num radical processo de desintegração. O período da ditadura militar nos mostra, segundo Schwarz, que o desenvolvimento na periferia, nos quadros do capitalismo, tem um caráter de aparência, quer dizer, os teimosos pares antitéticos — atraso e progresso, arcaico e moderno, ordem e desordem — são mexidos, remexidos e repostos num novo patamar, mas nunca eliminados! Tornando complementares termos e realidades, a princípio, excludentes, a dialética da ordem e da desordem constitui, para desespero do marxismo oficial e da sociologia positivista, uma gritante contradição lógica. A reposição do atraso em novas bases, lembra Schwarz, não constitui uma marca ou mecanismo específico do Brasil, ou seja, ele se deixa compreender como traço constitutivo de todas as nações que fizeram seus processos de modernização tardiamente (Rússia, América Latina, Índia, China etc).

Nos anos 80, o ciclo da modernização brasileira foi concluído de maneira dolorosa. A crise do petróleo, o assustador crescimento da dívida externa e, acima de tudo, a incapacidade do país de acompanhar os avanços da chamada terceira revolução industrial trouxeram à tona o fracasso do nacional-desenvolvimentismo, em outras palavras, na rota da globalização da economia, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil estava, agora, irremediavelmente condenado à incompletude. A desagregação do país nos últimos vinte anos, isto é, o desemprego em massa, o brutal aumento da criminalidade, das desigualdades sociais e a derrocada do mais importante projeto político de esquerda da América Latina, o Partido dos Trabalhadores, nos colocou definitivamente na vanguarda do processo mundial de dissolução da ordem capitalista. Balizado pela leitura de Robert Kurz¹², nosso crítico vê no fracasso brasileiro um episódio do drama planetário:

Considerada deste ângulo, aliás, a desintegração nacional não é uma questão nacional, e sim um aspecto da inviabilização global das industrializações retardatárias, ou seja, da impossibilidade crescente, para os países atrasados, de se incorporarem enquanto nações e de modo socialmente coeso ao progresso do capitalismo. As fragmentações locais são o avesso do avanço contemporâneo e de seu curso cada vez mais destrutivo e unificado. (SCHWARZ, R, "Fim de Século", in: 1999, p. 160)

O colapso da modernização brasileira, decorrente das exigências da reestruturação produtiva do capitalismo tardio (iniciada em meados da década de 1970), oferece ao mercado mundial uma enorme massa indefinida, dotada de uma flexibilidade historicamente aprendida e absolutamente necessária à sobrevivência de um povo que nunca conheceu direitos efetivos. Para boa parte da população, as relações formais de trabalho já não significam coisa alguma, desapareceram sem nunca ter se consolidado plenamente. Os pares do absurdo, atraso e progresso, ordem e desordem, arcaico e moderno, tomam a forma de

¹² Ver KURZ, R. *O Colapso da Modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

contradições arranjadas¹³, insolúveis na ordem do capital, cujas reais implicações somente podem ser apreendidas por uma dialética instável, desprovida de síntese, como sugere Paulo Arantes¹⁴.

Hoje, aqueles que perderam a fé no caráter inerentemente emancipatório do progresso podem reconhecer, na crise sistêmica do capitalismo e no imobilismo destrutivo das ditas contradições estruturais (capital e trabalho, mercado e Estado), a perpetuação pós-moderna da velha dialética da ordem e da desordem. A superação das absurdas dualidades brasileiras não se dará nos termos de um projeto capitalista autônomo ou coisa que o valha, quer dizer, somente a construção de uma nova ordem mundial — comunista, regulada, não importa tanto o nome — pode nos oferecer uma saída. Em face da desordem global, é possível argumentar que a *mimesis* entre centro e periferia vem adquirindo um sentido verdadeiramente inédito: em virtude do processo de dissolução das bases do sistema produtor de mercadorias — em escala mundial — agora são os países ricos que se percebem imitando a desordem e a barbárie típicas dos retardatários. A crise produz pobreza, desintegração e desigualdades assustadoras, em moldes até pouco tempo desconhecidos nos países capitalistas desenvolvidos. Sendo assim, como não concordar com Roberto Schwarz quando este afirma que “a dinâmica é menos incompatível com a estática do que parece”?¹⁵

¹³ Em um de seus mais inspirados textos, Fredric Jameson sustenta que a pós-modernidade é mais propícia às antinomias do que às contradições. Para o crítico norte-americano, não se trata de escolher uma ou outra, mas sim de utilizarmos os dois conceitos, ao mesmo tempo, como mecanismo crítico e problematizador, através de uma “dialética desandada ou interrompida”. Em uma bela passagem, Jameson sugere que: “... o problema mais complicado com o conceito de contradição — problema que não pode ser resolvido e que não tem equivalente em nada daquilo que cerca o conceito de antinomia — é representacional. A contradição está sempre um passo antes da representação: se é exibida no seu momento de conflito, fica congelada com tal rigidez que tende a assumir a forma da antinomia. Se, ao contrário, a sua resolução é antecipada, esvazia-a de toda a sua negatividade e gera a impressão de um voto fraudado, de um conchavo, de um conflito forjado cujo resultado foi cuidadosamente pré-arranjado.” (JAMESON, F, 1997, p. 20)

¹⁴ Ver ARANTES, P. *O Sentimento da Dialética*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

¹⁵ Ver SCHWARZ, R. Prefácio à OLIVEIRA, F. *Crítica da Razão Dualista e O Ornitorrinco*, São Paulo: Boitempo, 2003, p. 18.

BIBLIOGRAFIA:

ARANTES, P. *O Sentimento da Dialética*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CÂNDIDO, A. “Dialética da Malandragem”, in: *O Discurso e a Cidade*. São Paulo-Rio de Janeiro: Duas Cidades e Ouro sobre Azul, 2004.

——— “Literatura e Cultura de 1900 a 1945”, in: *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

JAMESON, F. *As Sementes do Tempo*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

KURZ, R. *O Colapso da Modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PRADO, Jr, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

——— *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SCHWARZ, R. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

——— *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

————— *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

————— “Prefácio com perguntas”, in: OLIVEIRA, F. *Crítica da Razão Dualista e O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

TROTSKY, L. *História da Revolução Russa* (Tomo I). São Paulo: Editora Sundermann, 2007.